



GT 09 – "Entre calçadas e creches" — Gênero, Cuidado e o Direito à Cidade no Brasil urbano

“EU NÃO CONSIGO TE ACESSAR”: A EXCLUSÃO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA DO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Angélica Ferreira de Freitas ¹

Helga Maria Martins de Paula ²

1 INTRODUÇÃO

A universidade, enquanto espaço de produção e circulação do saber, ainda carrega marcas profundas de exclusão histórica. Apesar das transformações pelas quais passa a educação superior, a expansão das vagas, especialmente nas instituições privadas, não democratizou efetivamente esse nível de ensino. O ingresso foi ampliado, mas a permanência segue limitada, sobretudo para estudantes em situação de vulnerabilidade. Muitos continuam excluídos e outros, mesmo ingressando, não conseguem concluir os cursos. Destaca-se a vivência de mulheres com deficiência, cuja trajetória na universidade é atravessada não apenas por barreiras físicas, mas também por violências simbólicas e estruturais que integram o que se reconhece como capacitismo (Paiva; Gesser, 2023)³.

A despeito das cotas para pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino desde 2016, conforme a Lei nº 13.409/2016, que também ocorreu de forma tardia tendo em vista que as demais ações afirmativas para o ensino superior começou a partir de 2012, a ausência de estruturas acessíveis transforma o espaço acadêmico em um território hostil, inviabilizando a permanência desses sujeitos. A acessibilidade, ainda que prevista legalmente, é muitas vezes tratada como um favor, dependente da "boa vontade" das instituições (Costa; Pieczkowski, 2020)⁴.

¹ Mestranda em Direito na área de concentração Direitos e Desigualdades Sociais do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD), Universidade Federal de Jataí (UFJ), bolsista CAPES, angelicaferreirafreitasufj@gmail.com.

² Doutora em Direito, Universidade Federal de Jataí (UFJ), Professora Adjunta do Curso de Graduação em Direito, e dos Programas de Pós-graduação em Direito (PPGD-UFJ) e Programa de Pós-graduação em Direito Agrário (PPGDA), helgamartinsdepaula@gmail.com.

³ PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho; GESSER, Marivete. Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior: participação na academia científica como forma de ativismo político. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 1117–1131, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68502>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68502>. Acesso em: 6 jul. 2025.

⁴ COSTA, Fabiane Aparecida; PIECZKOWSKI, Adriana da Silva. Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698208179>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/kfPzhmPC3rCWMrDYm7LvSvf/>. Acesso em: 6 jul. 2025.



Pois, de fato, é necessário compreender a deficiência a partir de uma perspectiva social, construída pela luta e pelo ativismo político das próprias pessoas com deficiência. A exclusão se materializa, portanto, não na limitação do corpo, mas nas barreiras que impedem a plena participação social.

Nesses moldes, a presente pesquisa se propõe a analisar criticamente a exclusão de mulheres com deficiência do espaço universitário brasileiro, a partir do conceito de direito à cidade e das interseccionalidades que envolvem gênero, deficiência e acesso à educação superior. Parte-se do título “Eu não consigo te acessar” como enunciado simbólico das barreiras invisíveis (e visíveis) impostas à vivência universitária dessas mulheres. O recorte da pesquisa está voltado para a exclusão estrutural enfrentada por mulheres com deficiência nas universidades públicas, mesmo após o avanço legislativo com as cotas, revelando como a ausência de acessibilidade e políticas de cuidado reforça a negação do direito à cidade e à educação.

A lacuna desta pesquisa localiza-se na invisibilização das experiências de mulheres com deficiência nos debates sobre permanência universitária e direito à cidade. A maior parte dos estudos trata a deficiência de forma genérica, sem abordar as especificidades de gênero ou as implicações interseccionais dessa vivência no espaço urbano-acadêmico, como também aponta Kilomba (2018)⁵, ao evidenciar o atravessamento de raça, gênero e classe no acesso ao conhecimento científico.

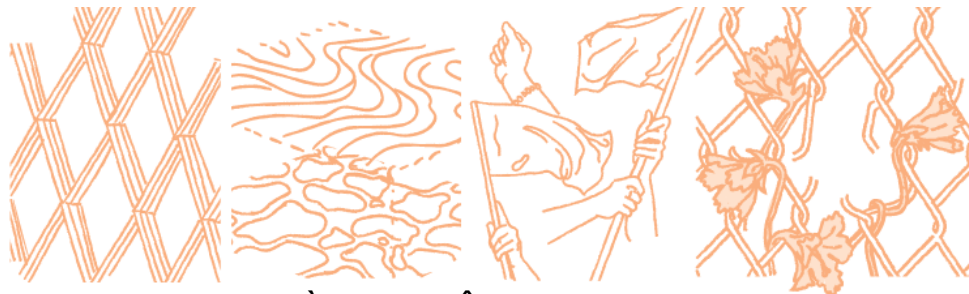
A pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica com base no estado atual da arte, incluindo autores e autoras que discutem o modelo social da deficiência (Diniz, 2007)⁶, o capacitismo e a permanência universitária (Paiva; Gesser, 2023), as barreiras estruturais nas instituições de ensino (Mello, 2016)⁷, no intuito de mapear os limites concretos e simbólicos impostos às mulheres com deficiência no ambiente acadêmico.

Como resultado parcial desta análise, constata-se que o ambiente universitário, mesmo sob o discurso da inclusão, segue repleto de exclusões veladas, operando uma falsa universalização do acesso. A ausência de infraestrutura acessível, de políticas institucionais de cuidado e de formação anticapacitista dos agentes universitários configura um cenário de violência cotidiana que compromete a permanência e o sucesso acadêmico dessas mulheres. Ao negar a essas estudantes o direito à permanência, nega-se também o direito à cidade e à produção do conhecimento a partir de seus corpos e saberes.

⁵ KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2018.

⁶ DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

⁷ MELLO, Ana Gabriela de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo à preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3265–3276, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>.



2 UNIVERSIDADE, DIFERENÇA E O DIREITO À PERMANÊNCIA

A relação entre capitalismo, cultura e diferenciação social é marcada por tensões. Como analisa Harvey (2014), o capital nem sempre busca suprimir integralmente as particularidades locais. Ao contrário, em muitos contextos, ele as preserva estrategicamente como forma de criar e explorar rendas de monopólio. Dessa maneira, o sistema capitalista pode até mesmo apoiar manifestações culturais transgressoras, desde que estas se mostrem úteis à lógica da diferenciação mercadológica, sendo apropriadas como expressões de originalidade, autenticidade e exclusividade. No entanto, essa apropriação frequentemente gera ressentimento e alienação entre os sujeitos produtores dessas culturas, que se veem explorados em sua criatividade e identidade por interesses econômicos externos.

Nas universidades, esse processo se desdobra na convivência com políticas educacionais que reconhecem a inclusão, mas frequentemente falham em garantir sua efetividade plena. A presença de estudantes com deficiência nos espaços universitários é resultado de uma longa trajetória de lutas e legislações que visam promover o acesso e a permanência.

Segundo os autores, é papel das universidades não apenas cumprir a legislação, mas também refletir criticamente sobre os obstáculos ainda presentes, investigando as barreiras pedagógicas, simbólicas e estruturais que impedem a plena permanência dos alunos com deficiência. Muitas vezes, as barreiras arquitetônicas são enfrentadas de forma gradual, mas permanecem invisíveis outras formas de exclusão que atuam na esfera das relações docentes e nos currículos não adaptados, reforçando a seletividade histórica do ensino superior (Silva, Cymrot e D'Antino, 2012)⁸.

Essa lógica excludente está profundamente associada à maneira como o capital transforma a diferença em mercadoria. Como aponta Silva (2014)⁹, antes de reconhecer ou tolerar a diversidade, é preciso compreender como ela é ativamente produzida por estruturas sociais e instituições que classificam os sujeitos e os confinam em identidades específicas. Apenas admitir a diversidade sem questionar os dispositivos que geram desigualdades leva à perpetuação do controle sobre os corpos considerados desviantes da norma, entre eles os corpos com deficiência.

Nesse ínterim, pensar a permanência universitária não pode se restringir à eliminação de barreiras físicas. É necessário um enfrentamento político das estruturas de poder que moldam as

⁸ SILVA, Ani Martins; CYMROT, Raquel; D'ANTINO, Maria Eloisa Famá. Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 93, n. 235, p. 667–697, set./dez. 2012. Disponível em: <https://rbep.serp.org.br/rbep/article/view/136>. Acesso em: 6 jul. 2025.

⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73–102.



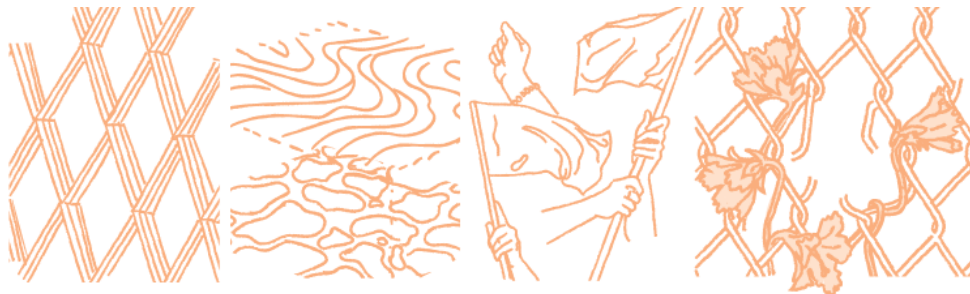
condições de pertencimento e exclusão nos espaços acadêmicos. Isso exige que as universidades deixem de apenas “acomodar” as diferenças e passem a transformar-se a partir delas, reconhecendo a centralidade de uma escuta ativa, da reformulação pedagógica e da construção de um projeto educacional verdadeiramente inclusivo (Costa; Pieczkowski, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada confirma que a exclusão de mulheres com deficiência do espaço universitário não é fruto de situações isoladas, mas de um projeto estrutural que naturaliza a ausência dessas presenças nos espaços de produção do saber. Apesar dos avanços legislativos, como a adoção de políticas de cotas, o que se observa é uma continuidade das barreiras (físicas, simbólicas, institucionais e atitudinais) que limitam o acesso pleno e, sobretudo, a permanência dessas mulheres na universidade.

A permanência, neste contexto, não se refere apenas à presença física, mas à possibilidade de se construir trajetórias acadêmicas com dignidade, pertencimento e reconhecimento. Há estigmas prévios à própria experiência acadêmica da pessoa com deficiência, os quais associam suas condições corporais à suposta inviabilidade intelectual ou produtiva, desconsiderando os potenciais e as singularidades de seus processos de aprendizagem e pesquisa. Esses estigmas operam como mecanismos silenciosos de exclusão que invalidam as produções e subjetividades dessas mulheres antes mesmo que elas tenham a oportunidade de se expressar academicamente. A universidade, como espaço de poder, reproduz hierarquias que se estruturam em intersecções de raça, gênero, classe e deficiência, definindo quem ocupa os lugares centrais da produção de conhecimento e quem segue à margem, lutando para ser vista, ouvida e reconhecida (Paiva; Gesser, 2023).

Por fim, ao negar a essas mulheres o direito à permanência acadêmica plena, a universidade contribui para sua exclusão também do direito à cidade, entendido aqui como o direito de ocupar, transformar e significar os espaços coletivos a partir de suas experiências e saberes. Concluir que a universidade ainda opera uma falsa universalização do acesso não é uma crítica à inclusão em si, mas um chamado à sua radicalização. É necessário construir políticas públicas específicas, interseccionais e anticapacitistas que assegurem às mulheres com deficiência não apenas a entrada nas instituições, mas também a possibilidade real de permanência, de produção científica e de protagonismo nos espaços que historicamente lhes foram negados.



AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa de mestrado, que possibilitou minha participação neste evento e o envio do trabalho junto à minha orientadora, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Jataí (PPGD-UFJ).

REFERÊNCIAS

COSTA, Fabiane Aparecida; PIECZKOWSKI, Adriana da Silva. Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698208179>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/kfPzhmPC3rCWMrDYm7LvSvf/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2018.

MELLO, Ana Gabriela de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo à preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3265–3276, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>.

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho; GESSER, Marivete. Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior: participação na academia científica como forma de ativismo político. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 1117–1131, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68502>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68502>. Acesso em: 6 jul. 2025.

SILVA, Ani Martins; CYMROT, Raquel; D'ANTINO, Maria Eloisa Famá. Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 667–697, set./dez. 2012. Disponível em: <https://rbep.serp.org.br/rbep/article/view/136>. Acesso em: 6 jul. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73–102.